

Entrevista com Aquino de Bragança (1)

Em Moçambique não houve descolónização



Aquino de Bragança

Jornalista, ensaísta, professor universitário, Aquino de Bragança é, sem dúvida, um dos observadores mais bem colocados na cena política africana, particularmente na evolução registada nas antigas colónias portuguesas, desde o início da luta armada até aos nossos dias. Amigo e conselheiro de Samora Machel, Aquino de Bragança reside em Maputo onde lecciona na Universidade Eduardo Mondlane e dirige o Centro de Estudos Africanos organismo dependente daquele estabelecimento de ensino superior. Desde o início do processo de descolónização de Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe mantém contactos regulares com diversas personalidades portuguesas tendo, por mais de uma vez, servido de elo de ligação entre Maputo e Lisboa. Abordado pelo «DL» na capital moçambicana aceitou em conceder uma longa entrevista cuja primeira parte publicamos hoje.

DL — A visita de Ramalho Eanes desbloqueou, definitivamente, as relações com Portugal. Na abertura que e previsível que se registre a partir de agora, não haverá mais, penso, lugar para os «complexos coloniais» que ainda assaltam, de alguma forma, quer o antigo colonizador quer o antigo colonizado. Alias, Samora Machel foi claro sobre este ponto. No entanto, parece-me, sem que o «dossier» descolónização seja facultado ao conhecimento do grande público dos dois lados,

dificilmente se operará a «descolónização mental» que se impõe depois de consumada a descolónização política». Não concorda?

A.B. — Acho urgentíssimo que se abra o «dossier» descolónização. Nós próprios, moçambicanos, para melhor connecermos certos perigos da nossa história, temos de ter acesso a esses «dossiers». Muitos problemas internos necessitam de ser esclarecidos. E Portugal dispõe de documentação para nos preciosa.

Penso que há problemas da

parte do Governo... do Estado português. Respeito esses problemas. E evidente que há segredos, há documentos que as autoridades portuguesas terão razões legítimas para calar. Mas uma boa parte desses «dossiers» pode e deve ser conhecida. Até para melhor esclarecimento do povo português sobre a guerra colonial e, particularmente, sobre a guerra em Moçambique.

Nos últimos anos, sobretudo após a operação No Górdio, em Novembro de 70, o exército português perde a iniciativa em Moçambique e passa à defensiva. E extremamente importante conhecer os meandros destes acontecimentos, como por exemplo a verdadeira história da controvérsia que opôs Kaulza de Arriaga a Marcelo Caetano, a formação de um comando unificado de Angola e de Moçambique, as tentativas para invadir os «santuários» da Frelimo, etc. O conhecimento de todas estas questões, a demonstração de que Kaulza estava efectivamente na defensiva, projectar-se-ia sobre o próprio 25 de Abril. Ver-se-ia assim que o 25 de Abril veio resolver muitos dos problemas militares a favor do próprio exército português.

DL — Quer explicitar melhor essa afirmação?

A.B. — Sim. O 25 de Abril evitou a Portugal uma derrota militar inevitável num prazo de... digamos, dois anos.

Ao contrário do que pensam muitos historiadores portugueses — e historiadores «bem pensantes» — a situação do exército português em Moçambique estava muito longe de ser brilhante. Não dina que o exército português já estava derrotado, mas a verdade é que tinha perdido a iniciativa e tudo levava a crer que jamais a retomaria. E importante que o português médio, que o povo português globalmente, tome consciência disto para que possa distinguir as manipulações de que o tema é alvo, nomeadamente quando alguma imprensa aprova que a descolónização poderia ter sido feita de outra forma, em melhores condições.

Ora eu penso que, com o 25 de Abril, se encontrou a melhor solução possível.

Não tenho receio de afirmar hoje, depois de conhecidos factos até há poucos tempo ignorados, que foi graças a um grande esforço da Frelimo, e nomeadamente do próprio presidente Samora, que se evitou, com o acordo de oficiais do MFA e de outros que vieram a aderir àquele movimento, como o general Sousa Menezes, antigo chefe do Estado-Maior de Kaulza de Arriaga, que se evitou, repito, a fragmentação do exército português que ocorreria inevitavelmente se a Frelimo tivesse aceite o cessar-fogo parcial que alguns comandantes portugueses pretendiam. Nos arquivos da Frelimo existem provas do que afirmo, designadamente dos pedidos de cessar-fogo sectorial que lhe foram enviados. Houve uma intervenção da Frelimo e nomeadamente do presidente Samora para que esses oficiais não se rendessem, para que fosse mantida a unidade do exército português.

Para Moçambique, era importante que essa unidade se mantivesse. Só assim teríamos um interlocutor com quem discutir o fim da guerra e as modalidades de transferência de poder para o povo moçambicano.

É preciso compreender este problema em toda a sua dimensão e com toda a sua delicadeza. Senão vejamos.

Vamos supor que um comandante, por exemplo o de Cabo Delgado, fazia um cessar-fogo sectorial, fazia, separadamente, a paz com a Frelimo. O comandante de Tete, por hipótese, pedia disculpas e até intervir militarmente contra o outro oficial. Estaríamos, assim, perante um novo conflito, com faixas de guerra civil, opondo facções do próprio exército português. Uma tal situação poderia levar a uma intervenção rodésiana ou sul-africana, gerando uma situação de guerra generalizada. Isto não convinha a Portugal, como não convinha a Frelimo, como não convinha a Portugal e ao seu exército.

E por isso que afirmo que houve da parte da Frelimo um grande esforço para não explorar uma situação emotiva, uma crise que tinha já expressão em diversos oficiais fatigados da guerra e que tinham compreendido que não havia razão nenhuma para se baterem pelos barões da alta finança portuguesa.

DL — Essas afirmações parecem-me conduzir a uma redefinição dos termos em que se processou a descolónização portuguesa. Você que assistiu, como observador particularmente bem colocado, à descolónização de boa parte do continente africano, como caracterizaria a descolónização portuguesa em relação à que foi operada pela Inglaterra e pela França, para citar os dois casos?

A.B. Há aqui um grande equívoco. Já há dois anos atrás, numa conferência-debate que tive na Sorbonne, em Paris, tive oportunidade de afirmar de que, em Moçambique, não houve descolónização!

Descolónizar implica outorgar a independência ao colonizado. Foi o que sucedeu no caso inglês, francês, etc. Ora no caso de Moçambique, e também no da Guiné-Bissau (Angola é um caso mais complicado), toda a iniciativa, desde Novembro de 70 pertenciu já à Frelimo e não mais ao colonizador. De certo modo estou de acordo com uma brilhante entrevista do general Costa Gomes, publicada, salvo erro, na «Regra do Jogo». Apesar de algumas lacunas e certas ambiguidades, Costa Gomes analisa muito bem a situação da guerra e a sua análise tem pontos de convergência com a feita pela própria Frelimo e pelo presidente Samora: a partir da operação No Górdio deu-se uma mutação — a luta armada transforma-se, praticamente numa revolução. E nesta altura também que são resolvidas algumas contradições internas na Frelimo a favor precisamente da sua ala revolucionária. O exército português passa então à defensiva e o Estado colonial perde condições para outorgar a independência.

E importante que, neste momento, historiadores portugueses e historiadores moçambicanos possam sentar-se juntos a uma mesa e, desapaixonadamente, fazerem apelo apenas aos factos, reconhecerem isto. Alias, parece-me que o próprio presidente português já deixou transparecer que conhece esta análise e que a partilha.

(Continua no próximo caderno)